

## **O TRABALHO DE CAMPO COMO UM INSTRUMENTO DE TRABALHO PARA O INVESTIGADOR EM GEOGRAFIA AGRÁRIA**

Gláucio Jose Marafon<sup>1</sup>

O meu olhar é nítido como um girassol  
Tenho o costume de andar pelas estradas  
Olhando para a direita e para a esquerda,  
E de vez em quando olhando para trás...  
E o que vejo a cada momento  
É aquilo que nunca antes eu tinha visto  
E eu sei dar por isso muito bem...  
Fernando Pessoa

### **Resumo**

Procuramos mostrar, nesse ensaio, como o espaço rural torna-se mais complexo e continuamente subordinado aos interesses da cidade e analisamos algumas características presentes no espaço rural brasileiro e como foram alteradas as relações campo cidade. Destarte, apresentamos o trabalho de campo para auxiliar os investigadores a compreender esses processos, pois esse procedimento nos auxilia a articular a teoria e a prática, devemos, em nossas pesquisas, ir além do gabinete. Assim, faremos, em um primeiro momento, uma explanação sobre as transformações em curso no espaço rural e, posteriormente, teceremos algumas considerações sobre a prática de trabalho de campo para investigar essas transformações.

**Palavras-chaves:** espaço rural, trabalho de campo em geografia agrária.

### **Abstract**

#### *Field work as a working tool to the agrarian geography researcher*

This essay attempts to show how the countryside becomes more complex and grows continuously subordinated to the urban interests. It analyzes some characteristics from the Brazilian rural area, especially how the relationship between the countryside and the city has changed. For that, it presents the field work as a way of helping researchers understand these processes, for it's a methodological procedure useful to articulate theory and practice and to force researchers go out and beyond their offices. Firstly, an explanation on the current changes in the countryside is made; then, some considerations on the field work practice are made regarding the investigation of these changes.

**Keywords:** countryside, field work, agrarian geography.

---

<sup>1</sup> Doctor. Director Instituto de Geografia Universidad Estadual de Rio de Janeiro (UERJ). Correo electrónico: glauciomarafon@hotmail.com. Pesquisador CNPq.

## **Introdução**

A análise das atuais transformações no rural brasileiro tornam-se fundamentais, pois o campo, além de desempenhar as funções tradicionais, como fornecer mão de obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade, cada vez mais abriga atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo, que valorizam as áreas devido aos aspectos naturais. Destaca-se o contínuo processo de migração da cidade para o campo, uma vez que as pessoas que migram para o espaço rural buscam a inserção no mercado de trabalho urbano e uma melhor qualidade de vida. O campo, além de ser o local da produção agropecuária, oferece, também, oportunidade de emprego em outras atividades não agrícolas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, etc.

O espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que corresponde ao espaço de produção agrícola moderno derivado da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura. Há que se destacar o espaço rural da produção familiar fortemente marcado pelas atividades não agrícolas e pela valorização do patrimônio natural e histórico, com a produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio, baseada em práticas agroecológicas e sustentáveis. Nesses espaços, há o fluxo de pessoas oriundas da cidade, como turistas ou residentes, em busca de tranquilidade e qualidade de vida.

Configuram-se, então, diferentes relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão de fortes marcas na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização temos hoje novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades que se encontram no campo decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e, ainda, criam alternativas estratégicas para sobreviver. Há também no campo muitos sujeitos sociais como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra e a sua luta pela inclusão, como produtores rurais. Tais sujeitos, por meio do seu trabalho, materializam no espaço rural uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que fazem do campo um espaço bastante complexo.

Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, que, muitas vezes, desempenham outras atividades que não as agrícolas.

Esse crescimento de atividades não agrícolas é resultante do desenvolvimento tecnológico que proporcionou a melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. O espaço rural torna-se mais complexo, pois, além das atividades agrícolas sedia inúmeras outras atividades não agrícolas. Surgem, portanto, novas relações campo-cidade, alterando a vida e o trabalho e, inclusive, a atuação dos movimentos sociais do campo de luta pelo acesso à terra no país.

Assim, objetivamos mostrar como esse espaço rural torna-se mais complexo e continuamente subordinado aos interesses da cidade e buscaremos desvendar como os movimentos sociais presentes no campo estabelecem estratégias, com o Estado, para a inclusão do maior número possível de trabalhadores rurais à condição de produtores rurais. Destarte, neste ensaio, analisamos algumas características presentes no espaço rural brasileiro e como foram alteradas as relações campo cidade.

Destarte, apresentamos o trabalho de campo para auxiliar os investigadores a compreender esses processos, pois esse procedimento nos auxilia a articular a teoria e a prática, pois como nos alertou Ruellan (1944, p 45) devemos, em nossas pesquisas, ir além do gabinete, pois a pesquisa de gabinete “serve apenas de complemento da investigação no campo que é fonte de vida de toda observação e interpretação nova”. Porém, devemos também nos lembrar das palavras de Lacoste (2006, p 91) ao afirmar que “o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas”. Assim, faremos, em um primeiro momento, uma explanação sobre as transformações em curso no espaço rural e, posteriormente, teceremos algumas considerações sobre a prática de trabalho de campo para investigar essas transformações. David (2002, p. 23) afirma que,

a atual dinâmica das transformações pelas quais o mundo passa, com novos recortes de espaço e tempo, com o predomínio do instantâneo, com as complexas interações entre as esferas locais e globais, afetando profundamente o cotidiano das pessoas, exige que o geógrafo procure caminhos teóricos-metodológicos capazes de interpretar e explicar essa dinamicidade.

### **Espaço Rural: Um espaço complexo e híbrido**

Inicialmente, é importante assinalar a dificuldade que encontramos de trabalhar a noção do que seria o espaço rural. Isso pode ser constatado pelo grande número de trabalhos que procuram refletir sobre as relações campo-cidade no Brasil contemporâneo. Muitas vezes, esses trabalhos geram polêmicas em virtude, sobretudo, de uma abordagem restrita à legislação que determina o que é urbano no Brasil. São as municipalidades, por meio da lei municipal, que, na realidade, determinam seu perímetro urbano, conseqüentemente, o espaço rural surge por exclusão. Assim, tudo o que não é urbano é considerado rural. Todavia, devemos pensar o espaço rural com sua complexidade atual em um mundo globalizado, que apresenta uma perspectiva transescalar (local, regional, nacional e internacional) dos fenômenos, já que as conquistas tecnológicas, cada vez mais intensas, acarretam significativas transformações no território. O papel da ciência e da informação é significativo para entender também o setor agropecuário na atualidade. Pensar o espaço rural requer uma reflexão consistente, por parte da ciência Geográfica, que alia conceitos fundamentais ao conhecimento empírico da realidade, (o papel dos trabalhos de campo em geografia). Deve-se, por isso, adotar um rigor teórico-metodológico para compreender as transformações que estão em curso no espaço rural brasileiro.

Nesse sentido, precisamos, em primeiro lugar, explicitar o que entendemos por espaço rural, a fim de balizarmos as discussões sobre as transformações em curso no campo brasileiro. Este espaço é fortemente marcado pelo agronegócio de bases modernas e biotecnológicas e pela produção familiar, com sua enorme gama de variações ao longo do território brasileiro, decorrentes dos níveis tecnológicos diferenciados, das estratégias de sobrevivência adotadas pelos produtores para se manterem no campo ou da força dos movimentos sociais na luta pelo acesso a terra.

Face ao exposto, perguntamo-nos, que imagem vem a nossa mente quando pensamos em espaço rural, espaço de produção agrícola e pecuária, florestas, campos, espaço de turismo, de segunda residência, áreas menos modernas ou mais modernas? Quais os problemas associados ao espaço rural?

Michel Woods (2005) sinaliza a existência de quatro amplas abordagens utilizadas para caracterizar o espaço rural. A primeira delas remete à descrição, segundo a qual a distinção geográfica entre áreas urbanas e rurais é baseada nas características socioespaciais e expressa por dados estatísticos; a segunda, está atrelada aos aspectos

socioculturais e identifica os territórios rurais por meio de tais características, com a distinção entre os aspectos das sociedades urbanas e rurais; a terceira, considera o rural como local, ou seja, as estruturas locais interagem com os processos econômicos e sociais globais; e, por fim, o rural é tomado como representação social, que privilegia, na abordagem, os símbolos, ou seja, os sinais e imagens pessoais que surgem quando os indivíduos pensam sobre o rural. A ruralidade aparece como um estado de espírito, como uma identificação com o espaço rural. O rural não está apenas associado às estatísticas, ele é caracterizado pelas pessoas que nele vivem e de acordo com o que elas sentem vivendo nesse espaço.

Dessa forma, o rural emerge como um espaço híbrido, que apresenta um complexo jogo de inter-relações, com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo. No campo, são inúmeras as interações espaciais e redes geográficas, formadas pelas empresas que integram os complexos agroindustriais. Atores heterogêneos, como empresas, produtores rurais, turistas, encontram-se associados a uma gama variada de caminhos, sobretudo, devido à valorização do patrimônio natural, histórico ou cultural.

Se passarmos a admitir a possibilidade, no período atual, do hibridismo para a caracterização do espaço rural, devemos elencar algumas de suas características. De acordo com Kayser, 1996; Diry 2004; Woods, 2005; Ferrão, 2000, o espaço rural apresenta baixa densidade populacional, predomínio da atividade agrosilvopastoril (produção agropecuária e florestal), modo de vida de seus habitantes caracterizado pelo pertencimento às coletividades e uma identidade fortemente marcada pela cultura camponesa. Porém, essas não são as únicas características presentes nesse espaço, temos a presença das atividades não agrícolas ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços, sobretudo, próximo às aglomerações urbanas.

Devemos também, nesta reflexão, ponderar sobre o papel do meio natural, da técnica, da herança histórica e da tradição e sobre o papel das grandes corporações, que articulam o local e o global. Convém analisar quais são suas funções e como agem as grandes empresas, em nível global e local e como suas estratégias globais são estabelecidas localmente.

Concordamos com Jean (2007) que, na atualidade, o espaço rural não se reduz unicamente à atividade agrícola. A agricultura não corresponde ao foco estruturante do espaço rural, pois esse apresenta novas configurações como, por exemplo, o

crescimento do contingente populacional em busca de vantagens comparativas, seja na busca de empregos não agrícolas (vinculados ao setor industrial ou de serviços) seja na busca de espaços residenciais. Assim, o espaço rural de uma função predominantemente agrícola passa a apresentar outras funções. Para Jean (2007), assistimos ao renascimento do rural e de suas várias funções, fato que ocorre também no espaço rural brasileiro.

Destarte, como caracterizar o espaço rural brasileiro com suas múltiplas funções? Com atividades agrícolas e não agrícolas? Podemos iniciar caracterizando o campo brasileiro a partir de suas grandes marcas como os complexos agroindustriais, a produção familiar, a luta pela terra e, a seguir, explicitando como se estabelecem as relações com a cidade.

A expansão dos complexos agroindustriais (CAIs) ocorreu devido à incorporação de vastas extensões de terra, com a utilização de tecnologia, da mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação. Os complexos agroindustriais são formados com a introdução da lógica capitalista no campo, capaz de transformar a produção agrícola em agronegócio (industrialização da agricultura). Foram incorporados ao processo produtivo, tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas e a produção foi orientada por uma demanda de origem urbana e industrial. Esse é o caso da produção de soja, laranja, café, cana de açúcar, entre outros produtos. As noções de complexo agroindustrial, com suas conexões e interações espaciais, formam uma rede que possibilita a produção em bases modernas, pois, na atualidade, as empresas estabelecem conexões no território, de forma a atuarem em todas as áreas de produção e comercialização dos produtos agrícolas. Nesse processo de expansão dos complexos agroindustriais no território brasileiro não podemos esquecer do papel do Estado, fundamental, sobretudo, para o financiamento da produção, para a geração de pesquisa e para a implantação de uma logística no território, que permitiu a circulação da produção. Como afirma Moreira (2005), a noção de complexo agroindustrial estimula a fusão campo-cidade e a fusão dos setores econômicos em um único complexo, reorientando a divisão territorial do trabalho.

De acordo com Rua et al (1993, p.111),

O fundamental é lembrar que a agricultura está oligoplizada nos CAIs e que mesmo uma pequena produção pouco tecnificada necessita, de alguma maneira, de crédito (bancários ou particulares) para assegurar a manutenção da produção familiar e, dessa maneira, acabar por se integrar aos CAIs, pois, além da dependência financeira, depende de mecanismos de comercialização, assistência etc. (...) A constituição dos CAIs e a industrialização da agricultura

passam a definir o ritmo da produção, as formas técnicas de produzir e as relações sociais que passam a vigorar no campo brasileiro.

Assim, a produção agrícola brasileira integrada às grandes empresas internacionais, destinada, sobretudo ao mercado externo e, beneficiada pelas linhas de créditos, foi-se expandindo e ocupando grandes áreas de terra. Achkar (2007) afirma que esta é uma forma imposta de gestão de produção e comercialização de alimentos em escala mundial.

Entretanto, além da produção moderna e integrada aos mercados globalizados, temos também a presença expressiva da produção de base familiar no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar apresenta características como o trabalho em tempo parcial, em face da diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), pois, há a liberação de membros da família para exercerem atividades, agrícolas e não agrícolas, a fim de complementar a renda familiar. Esse fenômeno é denominado pluriatividade. Ele se expandiu, entre outros fatores, devido à revalorização das tarefas associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar. Acredita-se hoje que a pluriatividade pode elevar a renda no meio rural; diversificar as fontes de renda; contribuir para a geração de empregos; reduzir a migração campo–cidade.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, na atualidade, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação de áreas de lazer no meio rural.

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural está associado ao processo de urbanização e ao transbordamento do espaço urbano para o espaço rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Para esse autor, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas um conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecânicos, secretárias etc); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, pesque-pague etc). Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas pela expansão do turismo rural.

Para Rua (2007), o espaço rural, há algum tempo, vem sendo percebido como terra mercadoria capaz de gerar outras mercadorias. Surgem novas

territorialidades resultantes da interação campo-cidade. Essa hibridez está presente nas diversas atividades que encontramos no campo e estão associadas às atividades rurais. Ainda segundo o autor, existem duas vertentes da teoria social crítica que analisam as relações entre o urbano e o rural. Uma procura trabalhar com a noção de urbanização do rural, com a incorporação do rural ao urbano, associada à idéia de um *continuum*, ou seja, haveria graus distintos de urbanização do território. A outra, que postula a urbanização no rural e entende a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo com a impactação do urbano.

Essas reflexões servem para pensar a relação campo x cidade, uma vez que legalmente a regulamentação do que é urbano no país está atrelada à legislação. Conforme mostram Correa, Correa e Gerardi (2001), o poder de decisão sobre o que é urbano reside na esfera municipal, que, muitas vezes, impõe aos moradores do campo a cobrança de IPTU.

Nesse sentido, concordamos com Ferrão (2000) ao sinalizar deveremos levar em consideração que o espaço rural não é somente agrícola. Rompe-se deliberadamente e explicitamente com dois elementos secularmente associados ao rural: sua função principal não é mais, necessariamente, a produção de alimentos e nem a atividade predominante é a agrícola, reforçando assim a noção de hibridez do espaço rural, pois a dimensão não-agrícola vem aumentando, muitas vezes, associada à noção de patrimônio, com a renaturalização da paisagem. Enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Porém, é inegável a mercantilização das paisagens, com a expansão das atividades de turismo e de lazer.

Assim nós, que aprofundamos nossas investigações pelo viés do espaço rural, devemos pensar o espaço rural brasileiro como híbrido, com múltiplas funções, com a presença dos complexos agroindustriais, com a produção familiar, com as atividades não agrícolas, com agricultores e não agricultores, que interagem e criam conexões e interações espaciais. Esses sujeitos participam de redes complexas e imprimem uma marca ao espaço rural.

As fronteiras entre o urbano e rural ficam cada vez mais difusas e complementares. O grande desafio é o de investigar e contribuir com o debate sobre as transformações socioespaciais em curso no campo brasileiro. Um dos temas mais

relevantes na questão agrária brasileira, na atualidade, corresponde à luta pela terra, às estratégias adotadas pelos movimentos sociais e sua expressão territorial no espaço rural, pois elas representam um grande contingente de trabalhadores rurais, posseiros, meeiros, residentes, por vezes, do meio urbano, que ao receber um pedaço de terra tornam-se pequenos produtores rurais sujeitos à mesma realidade da produção familiar no Brasil. A luta pelo acesso a terra é antiga e se desdobra em conflitos, pela conquista da terra e na luta pela permanência na mesma.

### **O papel dos trabalhos de campo na investigação em geografia agrária**

O trabalho de campo, como técnica de análise, pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para a obtenção de informações sobre a importância das relações espaciais. Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campos é transformar as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Assim, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão apreendendo a realidade. Nas palavras de Minayo (2002) o campo é, para nós da geografia, a paisagem; refere-se ao recorte que o pesquisador faz em termos de espaço. Representa uma realidade empírica, a partir de uma concepção teórica que fundamenta a investigação.

É importante termos cuidados na realização do trabalho de campo e, entre esses, está a forma como nos aproximamos das pessoas que vamos entrevistar ou aplicar questionários. É necessário explicar para que servem os questionamentos efetuados. Deve-se estar aberto à troca de informações, às novas realidades encontradas, registrar todas as informações em um diário ou caderneta de campo. As entrevistas podem ser gravadas desde que autorizadas pelo entrevistado. É necessário efetuar o registro das observações, das entrevistas e desenhos efetuados, pois afinal como registrou Brandão (1982) “o pensamento é comum, mas o comentário é de cada um”. Assim o diário de campo é mais que um simples registro de fatos, ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade.

Cabe agora a pergunta: como o trabalho de campo pode contribuir para a reflexão sobre a questão agrária brasileira?

Com a realização dos trabalhos de campo, poderíamos desvendar transformações em curso, e mencioná-las durante a caracterização do espaço rural, pois o campo, em nosso

caso, o espaço rural, como prática “representa tanto o local de onde se extraem as informações para a elaborações teóricas, como o local onde tais teorias são testadas” (COMPIANI, 1991, p.12).

Concordamos com Callai (1986, p 31) quando afirma que devemos tomar o trabalho de campo como um dos instrumentos para entender a realidade e que é necessário “partir do mais real possível, procurando entender a realidade tal ela se apresenta”.

Radaelli da Silva (1997, p. 9) assinala como procedimentos metodológicos importantes na realização do trabalho de campo os requisitos:

a priorização do próximo como ponto de partida; a relação da parte como todo, como forma de entender a dinâmica de recriação e interdependência; a superação da dicotomia homem x natureza em favor da idéia do espaço como um todo; a dimensão histórica que confere o caráter processual da constituição do espaço geográfico, bem como o rompimento de fronteiras do conhecimento e a possibilidade da prática interdisciplinar” são importantes aspectos para se ter o entendimento da dinâmica espacial / regional e da expressão da territorialidade local e/ou global em uma análise transescalar. Dessa forma, o trabalho de campo emerge como uma das formas de apreensão do conhecimento.

Nesse processo, é importante o olhar do geógrafo com sua observação, pois como afirma Portella (1990, p. 17) “observar é ver com olhos diferentes daqueles que estamos acostumados a usar. É parar atentamente e enxergar detalhes, examinar a fim de descobrir. É o início do processo de investigação”, além de observar devemos descrever os elementos identificados em campo, pois “descrever é ordenar aquilo que se pode observar, é expressar a observação. Para descrever é preciso organizar as idéias” (PORTELLA, 1990, p. 18) para posteriormente podermos explicar os fenômenos observados e para essa explicação é fundamental uma fundamentação teórico-metológica que nos auxilie a responder os questionamentos que balizam a investigação.

Na reflexão sobre a questão agrária brasileira, algumas questões são norteadoras. A primeira, é contextualizar o período histórico em que estamos inseridos. Segundo a periodização proposta pelo professor para Milton Santos, estamos inseridos em período marcado pelo “Meio Técnico Científico Informacional”, no qual se sobressai a globalização e, por isso, o papel da técnica e da informação são fundamentais, para estabelecer a configuração de uma sociedade, cada vez mais urbanizada, (processo de

urbanização da sociedade defendido pelo filósofo Henry Lefebvre). Devido ao predomínio da população urbana, diminui a população rural e as atividades agropecuárias, cada vez mais se associam ao urbano-industrial. O sistema logístico implementado no território é pensado para dar suporte ao atendimento da esfera produtiva e de comercialização da produção agropecuária.

Devemos pensar o espaço rural em sua complexidade atual, em um mundo globalizado, que apresenta uma transescalaridade dos fenômenos, no qual as conquistas tecnológicas mais intensas levam a significativas transformações com a implementação de uma logística no território, que permite maior circulação da produção e das pessoas. Pensar o espaço rural, na atualidade, requer uma reflexão teórica consistente, a partir da ciência geográfica, e de seus conceitos fundamentais, aliados a um conhecimento da realidade empírica e coma realização de trabalhos de campo.

Devemos lembrar que a realização de trabalhos de campo são uma tradição na ciência geográfica e que a perspectiva de uma geografia agrária positivista e neopositivista foi sendo superada a partir dos anos 1980, do século XX; com o desenvolvimento de trabalhos que se orientavam por uma perspectiva crítica e com a intenção de revelar o discurso e as ideologias das práticas presentes no meio rural brasileiro. Esse marco temporal é importante, pois significa a ruptura da hegemonia dos trabalhos em geografia agrária que se embasavam no positivismo e neopositivismo, de base mais abstrata e com a utilização de modelos; e a retomada dos trabalhos de campo com uma preocupação de cunho social, como afirma Suetegaray (1996, p. 2), pois ocorreu a valorização “do trabalho de campo fundamental ao reconhecimento geográfico da realidade, propondo neste contexto uma reflexão sobre o compromisso do pesquisador com os resultados e a sua divulgação entre a população envolvida”.

#### Considerações Preliminares

Chegamos ao início dos anos 2000, com uma pluralidade de abordagens para o espaço rural, o que permite uma postura menos dogmática em relação à investigação do agronacional. É importante sempre explicitar e seguir o referencial teórico metodológico utilizado no processo de investigação.

Podemos, assim, pesquisar e procurar compreender o processo de industrialização da agricultura e de formação e expansão dos complexos agroindustriais; a produção familiar e seus desdobramentos, como o trabalho em tempo parcial, a pluriatividade e os movimentos sociais no campo e a Reforma Agrária; o papel do Estado na condução das

políticas públicas voltadas para a agricultura; a questão ambiental e seus desdobramentos na prática da agricultura.

Dessa forma, o espaço rural brasileiro, hoje, apresenta-se híbrido, múltiplo com a presença do agronegócio, da produção familiar, das atividades não agrícolas, de agricultores e não agricultores, que criam interações, participam de redes complexas e imprimem uma marca ao espaço rural. O grande desafio para nós, profissionais de geografia, é o de investigar e contribuir com o debate sobre as transformações socioespaciais que estão ocorrendo no campo brasileiro. Nesse contexto, o trabalho de campo é fundamental para que possamos desvendar essa realidade. Para Suertegaray (1996, p. 9) ele se “constitui na práxis do Geógrafo e é esta dimensão que necessitaria ser construída ao longo da formação profissional”.

Gostaria de terminar este ensaio com as palavras de Roberto Lobato Correa (1996, p. 5) ao afirma que “o trabalho de campo não deve se tornar uma armadilha para o geógrafo a partir das paisagens e relações espaciais cada vez mais complexas e escamoteadoras. Deve ser, agora de forma mais crítica e teoricamente mais fundamentada, como foi no passado um dos principais meios através do qual o geógrafo aprende a ver, analisar e refletir sobre o infindável movimento de transformação do homem em sua dimensão espacial”.

## Referências

- ACHKAR, Marcel. (2007). *AGRONEGOCIOS. Nuevas modalidades de colonialismo em el cono sur de América Latina*. Montevideo:Redes.
- CALLAI, Helena Copetti. (1986). Questões para uma proposta de metodologia do ensino da Geografia. IN: CALLAI; Helena Copetti (org) *O Ensino da Geografia*. Ijuí/RS: Ed. UNIJUÍ, (pp.29-38).
- COMPIANI, Maurício. (Vol. 1, n. 2, 1991). A relevância das atividades de campo no ensino da Geografia e na formação do professor de ciências. *Cadernos IG/UNICAP*, (pp.2-25).
- CORREA, Josel Machado, CORREA; Walquiria & GERARDI, Lucia Helena. (Vol. 26(1), abril de 2001). A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da Ilha de Santa Catarina. *Geografia*. Rio Claro, (pp. 37-58).
- COOREA, Roberto Lobatto. (1996). *Trabalho de campo e globalização*. Colóquio O Discurso Geográfico na aurora do século XXI. Florianópolis.

- DAVID, César de. Trabalho de campo: limites e contribuições para a pesquisa geográfica. *Geo UERJ*, RJ, n. 11, p.19-24. 1º semestre de 2002.
- DIRY, Jean-Paul. (2004). *Lês espaces ruraux*. 2ª edition. Paris:Armand Collin.
- FERNANDES, B. M. (1996). *MST: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC.
- FERRÃO, João. (2000). Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro. *EURE* (Santiago) v. 26 n. 78 Santiago set.
- GRAZIANO DA SILVA, Jose. (1998). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas:Editora UNICAP.
- JEAN, Yves. (2007). *Géographies de L'écologie rurale. Acteurs, réseaux, territoires*. Paris:Éditions Ophrys.
- MINAYO, Maria Cecilia de Souza (org.) (2002). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 21ª ed. Petrópolis:Vozes.
- LACOSTE, Yves. (2006). A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, Nº. 84, p. 77-92.
- PORTELA, Rosalva. (1990). *Didática de estudos Sociais*. SP:Ática.
- RADAELLI DA SILVA, Ana Maria. (1997). *O papel do trabalho de campo como instrumento de conhecimento da realidade Geográfica: abordagens conceituais e metodológicas, perspectivas no ensino e na pesquisa e a experiência na formação continuada de professores*. Texto não publicado.
- RUA, João et al. (1993). *Para Ensinar Geografia*. Rio de Janeiro,RJ:Access Editora.
- RUA, João. (2006). Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106. Disponível em: <[www.campoterritorio.ig.ufu.br](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br)>.
- RUA, João. (2007). As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. IN: *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro:EDUERJ.
- RUELLAN, Francis. (1944). O trabalho de campo nas pesquisas originais de Geografia Regional. *Revista Brasileira de Geografia*. P. 37-45.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. (1996). *Geografia e trabalho de campo*. Colóquio O Discurso Geográfico na aurora do século XXI. Florianópolis.
- WOODS, Michael. (2005). *Rural Geography*. London:SAGE.